

## **CIDADES FELIZES: A Gestão Pública como Ferramenta para a Qualidade de Vida e Bem Estar Social**

---

### **Anderson Oliveira Da Silva**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima/Campus Boa Vista Zona Oeste (IFRR/CBVZO).  
Andersonoliiveira2020@gmail.com

### **Charles Carmo Dos Santos**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima/Campus Boa Vista Zona Oeste (IFRR/CBVZO).  
charlescarmodossantos@gmail.com

### **Michael Pereira Araujo**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima/Campus Boa Vista Zona Oeste (IFRR/CBVZO).  
pereiraarajomichael66@gmail.com

## **RESUMO**

O presente artigo analisa o papel da gestão pública na promoção do bem-estar social e da qualidade de vida urbana, com base no conceito de cidade feliz. A pesquisa propõe uma abordagem interdisciplinar, combinando fundamentos da administração pública, teologia social e indicadores internacionais de felicidade. A partir de uma revisão teórica, buscou-se compreender como políticas públicas orientadas pelo bem comum podem transformar o ambiente urbano em um espaço de realização humana e cidadã. Conclui-se que a felicidade urbana está diretamente ligada à capacidade do poder público de oferecer serviços de qualidade, promover inclusão e estimular a participação popular na construção da cidade.

## **PALAVRAS-CHAVE:**

Cidade Feliz;  
Gestão Pública;  
Qualidade de Vida;  
Bem Estar Urbano;  
Políticas Públicas.

## **ABSTRACT**

This article analyzes the role of public administration in promoting social well-being and urban quality of life, based on the concept of the happy city. The research proposes an interdisciplinary approach, combining foundations of public administration, social theology, and international happiness indicators. Through a theoretical review, it sought to understand how public policies oriented toward the common good can transform the urban environment into a space for human and civic fulfillment. It concludes that urban happiness is directly linked to the public sector's ability to provide quality services, promote inclusion, and encourage popular participation in building the city.

## **KEYWORDS:**

Cidade Feliz;  
Gestão Pública;  
Qualidade de Vida;  
Bem Estar Urbano;  
Políticas Públicas.

## **1. INTRODUÇÃO**

A busca pela felicidade no contexto urbano tem se consolidado como um objetivo estratégico e multidimensional das administrações públicas contemporâneas. Diante do crescimento desordenado das cidades, da persistente desigualdade social e dos crescentes desafios ambientais, emerge o conceito de cidade feliz como uma proposta inovadora de planejamento urbano orientado pelo bem-estar coletivo.

Essa abordagem reconhece que o desenvolvimento urbano não deve se restringir a métricas econômicas ou infraestrutura física, mas deve incorporar de forma integrada aspectos emocionais, sociais, culturais e espirituais da vida cidadã.

Nesse cenário, a gestão pública assume um papel protagonista na formulação e implementação de políticas públicas que transcendam o paradigma tradicional da eficiência administrativa, priorizando a qualidade de vida, a equidade, a sustentabilidade e a promoção da participação cidadã. Trata-se de um novo olhar sobre a cidade não mais como um mero espaço funcional, mas como um organismo vivo, capaz de nutrir vínculos afetivos, identitários e comunitários.

O presente artigo tem como propósito analisar em que medida a gestão pública pode se constituir como um instrumento eficaz na promoção da felicidade urbana entendida aqui não como uma condição subjetiva e individual isolada, mas como um fenômeno coletivo, resultante da articulação de fatores sociais, econômicos, ambientais e culturais que possibilitam uma existência digna, plena e satisfatória.

A reflexão parte de uma abordagem transdisciplinar, situada na confluência entre administração pública, teologia social e indicadores de bem-estar, propondo tanto fundamentações teóricas quanto proposições práticas para a edificação de cidades mais humanas, inclusivas e voltadas ao florescimento integral de seus habitantes.

## **2. Conceito de Felicidade e Bem-Estar na Sociedade Contemporânea**

Desde a Antiguidade, pensadores têm se dedicado a compreender o que torna a vida verdadeiramente boa e satisfatória.

Aristóteles, por exemplo, já afirmava que a felicidade (eudaimonia) é o fim último da existência humana, e que somente pode ser alcançada por meio da prática da virtude e do florescimento das potencialidades humanas (ARISTÓTELES, 1985, 27). Ensinava ele: “A felicidade é uma atividade da alma segundo a virtude perfeita.” (ARISTÓTELES, 1985, p. 35).

Na contemporaneidade, a noção de felicidade se diversificou e ganhou novas interpretações, especialmente com os avanços da psicologia, da sociologia e da economia. A psicologia positiva, por exemplo, surgiu como um campo específico voltado à investigação científica de aspectos saudáveis e positivos da experiência humana. Nesse sentido, o bem-estar passou a ser abordado de maneira mais estruturada e mensurável (DIENER et al., 2018).

Diener et al. (1999) definem o bem-estar subjetivo como a avaliação que os indivíduos fazem de suas próprias vidas, levando em consideração a predominância de emoções positivas, a ausência de emoções negativas e a satisfação geral com a vida. Essa abordagem reforça a ideia de que o bem-estar não é apenas a ausência de sofrimento, mas sim a presença de experiências prazerosas e significativas.

Assim, o bem estar é visto como resultado de um equilíbrio entre fatores internos e externos, emocionais e sociais. Na esfera social e política, a felicidade também vem ganhando destaque como uma

métrica relevante para avaliar o progresso das nações.

O Relatório Mundial da Felicidade (ONU, 2023), publicado anualmente pela Organização das Nações Unidas, tem evidenciado a importância de indicadores subjetivos na formulação de políticas públicas. Este relatório leva em consideração variáveis como apoio social, liberdade para fazer escolhas de vida, generosidade, expectativa de vida saudável e ausência de corrupção.

## **2.1 Qualidade de Vida Urbana: Elementos Essenciais**

A qualidade de vida urbana diz respeito às condições que permitem aos cidadãos viver de maneira saudável, segura, participativa e com acesso equitativo aos recursos e oportunidades oferecidos pela cidade. Trata-se de um conceito multidimensional que abrange aspectos objetivos, como infraestrutura e serviços públicos, e aspectos subjetivos, como percepções individuais sobre bem-estar, pertencimento e segurança.

Segundo Maricato (2011, p. 33), a cidade deve ser compreendida como um espaço de direitos, no qual o acesso à moradia, ao transporte, ao saneamento e aos equipamentos urbanos constitui base fundamental para a justiça social e a cidadania. E Gehl (2010, p. 24) assevera: “As cidades devem ser feitas para as pessoas.”

A qualidade de vida nas cidades depende, portanto, da presença de infraestrutura urbana adequada. Moradia digna, saneamento básico,

transporte público eficiente, segurança, educação e saúde de qualidade são pilares fundamentais para a construção de uma cidade que favorece o bem-estar coletivo (ROLNIK, 2015, p. 23).

No entanto, somente os fatores estruturais não são suficientes. A literatura também destaca a relevância de componentes subjetivos, como o sentimento de pertencimento, a valorização da diversidade cultural e a capacidade de participação cidadã nos processos de tomada de decisão (LEFEBVRE, 2001).

De acordo com o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat, 2020), uma cidade com qualidade de vida deve ser inclusiva, resiliente, segura e sustentável. A ausência desses atributos pode gerar impactos negativos na saúde mental e física da população, intensificando desigualdades socioespaciais e comprometendo o desenvolvimento urbano.

Dessa forma, a cidade não deve ser vista apenas como um aglomerado de edificações e vias, mas como um organismo vivo, moldado pelas interações humanas e pelas práticas sociais. Portanto, pensar a qualidade de vida urbana exige uma abordagem integrada, que articule o planejamento físico-territorial às dimensões sociais, culturais e emocionais da vida urbana. Ao colocar as pessoas no centro das políticas públicas e do desenho urbano, é possível construir cidades mais equitativas, sustentáveis e felizes, que respeitem a diversidade e promovam a justiça espacial.

## 2.2 Gestão Pública e Desenvolvimento Humano

A gestão pública contemporânea enfrenta o desafio de responder a uma sociedade cada vez mais exigente, complexa e interdependente. Nesse contexto, não basta que o setor público atue apenas como executor técnico de políticas previamente definidas. É necessário que a administração pública assuma um papel mais abrangente e proativo, voltado à promoção do desenvolvimento humano em sua plenitude.

De acordo com Amartya Sen (1999), um dos principais pensadores sobre desenvolvimento humano, o verdadeiro desenvolvimento não se resume ao crescimento econômico ou à acumulação de riquezas, mas deve ser compreendido como a expansão das liberdades reais das pessoas para que possam viver a vida que valorizam.

Isso significa não apenas garantir o acesso universal e equitativo a bens e serviços públicos essenciais como saúde, educação, saneamento e transporte mas também fomentar a autonomia individual e coletiva, a inclusão social, a justiça e a igualdade de oportunidades.

A gestão pública, portanto, deve ser concebida como um instrumento fundamental para a ampliação das capacidades humanas, atuando na remoção de obstáculos que limitam as possibilidades de escolha e de participação ativa das pessoas na vida social, política e econômica. Nesse sentido, o papel do Estado se amplia: de mero

provedor de serviços, ele se torna promotor de condições para o florescimento humano, com foco em políticas públicas integradas, territoriais e sensíveis às vulnerabilidades locais. (PNUD BRASIL, 2013, p. 105).

Além disso, o conceito de desenvolvimento humano pressupõe um modelo de governança pública baseado na participação democrática e na corresponsabilidade. A governança participativa torna-se essencial para assegurar que as decisões públicas reflitam, de fato, os interesses e necessidades da população. A escuta ativa da sociedade civil, por meio de conselhos, audiências públicas, orçamentos participativos e outras formas de deliberação coletiva, fortalece os vínculos entre o Estado e os cidadãos, promovendo uma cultura de diálogo e confiança mútua. “A participação é o coração da democracia e o antidoto contra exclusão.” (SANTOS, 2002, p. 27)

Cidades que investem em mecanismos de participação popular tendem a apresentar maiores níveis de satisfação e bem-estar entre seus habitantes. São os chamados territórios felizes, onde os indivíduos se sentem pertencentes, ouvidos e respeitados. Essa felicidade coletiva não é fruto apenas de políticas públicas bem planejadas, mas de um processo de construção conjunta de soluções, onde o cidadão não é visto como mero destinatário passivo das ações governamentais, mas como agente ativo na definição de prioridades, na fiscalização das ações do poder público e na proposição de caminhos para o desenvolvimento

sustentável. (PNUD BRASIL, 2013, p. 108).

A gestão democrática, nesse contexto, exige transparência, ética. O acesso à informação, o controle social e a prestação de contas são elementos centrais para consolidar uma administração pública orientada ao bem comum.

É importante destacar que a promoção do desenvolvimento humano não é responsabilidade exclusiva de governos centrais ou de grandes políticas nacionais. A esfera local municípios e comunidades desempenha um papel estratégico nesse processo.

Uma gestão pública local eficiente e sensível às especificidades territoriais tem o potencial de gerar transformações significativas na vida das pessoas, especialmente nas populações mais vulneráveis. Além disso, o desenvolvimento humano exige uma abordagem intersetorial e transversal das políticas públicas. Educação, saúde, cultura, assistência social, meio ambiente e mobilidade urbana, por exemplo, não podem ser tratadas de forma isolada, como compartimentos estanques.

Ao contrário, devem ser articuladas em estratégias convergentes, voltadas à melhoria das condições de vida em todas as suas dimensões. Essa articulação depende de uma gestão pública capaz de coordenar ações entre diferentes órgãos, níveis de governo e atores sociais, promovendo sinergias e evitando sobreposições ou lacunas. (PNUD BRASIL, 2013, p. 107)

Em síntese, a gestão pública orientada ao desenvolvimento

humano requer uma profunda mudança de mentalidade e de práticas institucionais. Não se trata apenas de melhorar os processos administrativos ou de otimizar recursos, mas de colocar a dignidade humana no centro das decisões políticas e administrativas.

### **2.3 Dimensões Éticas e Teológicas na Construção da Cidade Feliz**

Cidade feliz não é apenas uma utopia urbanística ou um ideal político, mas também pode ser compreendida como um projeto ético e espiritual. Nessa concepção, os valores da solidariedade, da justiça, da fraternidade e do cuidado são essenciais e devem ser incorporados de maneira concreta ao espaço urbano.

A teologia da libertação, especialmente nas obras de Leonardo Boff (1999), entende a cidade como um espaço de convivência e de manifestação do sagrado, onde o bem comum deve prevalecer sobre os interesses particulares: “A cidade ideal é aquela que acolhe os mais frageis, que garante a todos o direito à vida digna e ao bem viver.” (p. 34).

Como afirma Jonas (2006), a ética do cuidado parte do reconhecimento da vulnerabilidade do outro e da responsabilidade que temos em relação à sua existência, sendo uma base sólida para a construção de políticas públicas humanas e justas. O diálogo entre espiritualidade e administração pública propõe uma cidade como espaço de vida plena, onde todos tenham oportunidades de florescer

social, espiritual e emocionalmente.

Essa perspectiva encontra eco na proposta do Papa Francisco (2015) na encíclica *Laudato Si'*, ao afirmar que não há duas crises separadas, uma ambiental e outra social, mas uma única e complexa crise socioambiental.

A teologia, ao dialogar com a ética e com a política urbana, oferece uma crítica profética às desigualdades e às exclusões estruturais que ainda marcam as cidades contemporâneas. Ao invés de aceitar a cidade como um espaço de competição e segregação, propõe-se uma nova lógica, baseada na partilha, na escuta e na valorização das diferenças. Como destaca Assmann (2000, p. 107), “a espiritualidade só se torna força histórica quando se encarna nas lutas concretas do povo por justiça, dignidade e vida plena.”

## **2.4 Indicadores de Sucesso em Cidades Felizes**

A busca por cidades mais felizes tem ganhado espaço nas agendas públicas e acadêmicas, especialmente em contextos de urbanização acelerada e desafios socioambientais.

O conceito de cidade feliz transcende a ideia de um local agradável para viver e passa a incorporar dimensões como bem-estar subjetivo, sustentabilidade, justiça social, participação cidadã e qualidade das relações interpessoais. Para avaliar o progresso dessas iniciativas, surgem indicadores específicos que procuram medir, de

forma objetiva e subjetiva, os níveis de felicidade urbana. (UN-HABITAT, 2022, p. 91).

Diversas cidades ao redor do mundo se tornaram referência nesse campo por implementar políticas públicas voltadas à promoção do bem-estar coletivo. Copenhague, na Dinamarca, é frequentemente citada em rankings internacionais por seus investimentos em mobilidade urbana sustentável, participação ativa dos cidadãos e políticas ambientais integradas.

No contexto brasileiro, Curitiba é reconhecida como um exemplo de inovação em transporte coletivo e planejamento urbano integrado. A capital paranaense foi pioneira na implementação de corredores exclusivos para ônibus e em iniciativas de zoneamento urbano funcional. Esses elementos são citados como fatores que contribuem para a sensação de ordem, previsibilidade e qualidade de vida urbana. (GEIPEL, 2004, p. 72)

Segundo Layard (2011), a felicidade deve ser considerada um objetivo explícito das políticas públicas, e isso implica criar métricas capazes de orientar decisões governamentais para além do Produto Interno Bruto (PIB). A felicidade, nesse caso, não é um efeito colateral do crescimento econômico, mas uma meta mensurável a partir da qualidade das relações sociais, da segurança urbana e do acesso equitativo a oportunidades.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise empreendida neste estudo permitiu compreender que a construção de cidades felizes demanda uma profunda transformação nos paradigmas da gestão pública contemporânea, superando o enfoque meramente econômico e tecnocrático em favor de uma abordagem humanista, ética e participativa.

A felicidade urbana, entendida como expressão coletiva do bem-estar e da qualidade de vida, deve ser reconhecida como objetivo estratégico das políticas públicas, articulando-se a dimensões sociais, ambientais, culturais e espirituais da existência humana.

Evidenciou-se que o papel da gestão pública vai além da administração de recursos ou da execução de programas governamentais: trata-se de promover o desenvolvimento humano integral, pautado na equidade, na justiça social, na transparência e na sustentabilidade.

Constatou-se, ainda, que a ética do cuidado e as dimensões teológicas do viver urbano contribuem para o fortalecimento de uma cultura pública mais sensível às desigualdades e mais comprometida com o bem comum. A cidade feliz, nesse sentido, é aquela que acolhe, protege e promove seus cidadãos, respeitando a diversidade e fomentando a participação democrática como instrumento de emancipação social. Assim, a espiritualidade e a ética tornam-se

elementos orientadores de uma gestão pública verdadeiramente comprometida com a dignidade humana.

Conclui-se, portanto, que a gestão pública constitui instrumento essencial para a promoção da felicidade coletiva e para o fortalecimento da vida em sociedade. O desafio contemporâneo consiste em transformar a cidade em um espaço de convivência justa, sustentável e solidária, no qual o desenvolvimento urbano se traduza em qualidade de vida, pertencimento e esperança. Somente por meio de políticas públicas integradas, éticas e participativas será possível edificar cidades que expressem, de forma concreta, o ideal de felicidade coletiva e de bem-estar social.

## **REFERENCIAS**

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. 4. ed. Trad. Antonio Pinto de Carvalho. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

ASSMANN, Hugo. **Reencantar a educação: rumo à sociedade aprendente**. Petrópolis: Vozes, 2000.

BOFF, Leonardo. **Cidade sustentável: o desafio das novas utopias**. Petrópolis: Vozes, 1999.

DIENER, Ed; OISHI, Shigehiro; TAY, Louis. Advances in subjective well-being research. **Nature Human Behaviour**, v. 2, p. 253–260, 2018.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

GEIPEL, G. L. **Curitiba: Planejamento Urbano e Sustentabilidade**. São Paulo: Annablume, 2004.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JONAS, Hans. **O princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica**. Rio de Janeiro: PUC-Rio; Contraponto, 2006.

LAYARD, Richard. **Happiness: lessons from a new science**. 2. ed. London: Penguin Books, 2022.

MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 31–70.

ONU-HABITAT. **Cidades e comunidades sustentáveis: relatório global 2020**. Nairobi: ONU, 2020.

PNUD BRASIL. **Relatório de Desenvolvimento Humano Municipal 2013: Desigualdades e Desenvolvimento Humano no Brasil**. Brasília: PNUD, 2013. Disponível em: [https://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/Desenvolvimento%20Humano/PNUD\\_BR\\_RDHM\\_2013.pdf](https://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/Desenvolvimento%20Humano/PNUD_BR_RDHM_2013.pdf). Acesso em: 25 nov. 2025.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2002.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

LEFEBVRE, Henri. A produção do espaço. Tradução de Dora Incontri. São Paulo: Editora da UNESP, 2001.

UN-HABITAT. **World Cities Report 2022: Envisaging the Future of Cities**. Nairobi: United Nations Human Settlements Programme, 2022. Disponível em: <https://unhabitat.org/world-cities-report-2022>. Acesso em: 25 nov. 2025.